

A microrregião geográfica de Rondonópolis-MT e sua polarização na economia regional¹

Roberto de Souza Santos

Professor do curso de Geografia e do curso de Pós-graduação em Geografia no campus
Universitário de Porto Nacional - TO pela Universidade Federal de Tocantins.
e-mail. robertosantos@uft.edu.br

Resumo

O presente artigo busca compreender a contribuição do processo de modernização e reorganização espacial do espaço agrário no fortalecimento da economia da Microrregião Geográfica de Rondonópolis-MT. O estudo procura verificar as influências e impactos do processo de modernização e da tecnificação na economia agropecuária no espaço regional; busca identificar as contribuições dos agentes econômicos do agronegócio, juntamente com o Estado, para a organização espacial e o desenvolvimento regional da Microrregião de Rondonópolis-MT, a partir da introdução da ciência e da técnica; e analisa o processo de modernização e reorganização do espaço agrário da região. Adotou-se o método qualitativo e baseou-se em uma revisão bibliográfica.

Palavras-chave: Modernização do espaço agrário; microrregião de Rondonópolis; sujeitos econômicos do agronegócio; polarização regional; agroindústria.

The microregion geographic of Rondonópolis-MT and your economic polarization regional

Abstract

The present article seeks to understand the contribution of the process of modernization and spatial rearrangement of the agrarian space to strengthening the economy of the Geographic Microregion of Rondonópolis, Brazil. This study intends to verify the influences and impacts of the modernization and technification in the agricultural economy on the regional space. It seeks to identify the contribution of the agribusiness economic agents, along with the state, to the spatial organization and the regional development of the area, brought by the introduction of scientific and technical progress in the agrarian space. Also, it analyzes the modernization process and the rearrangement of the agrarian space of the region. The study adopted the qualitative method and was based on a bibliographic revision.

Keywords: Modernization of the agrarian space; microregion of rondonópolis; agribusiness economic agents; polarization regional; agribusiness.

La micro región geográfica de Rondonópolis-MT y su sesgo en la economía regional

Resumen

¹ As pesquisas para elaboração deste artigo teve apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

El presente artículo busca comprender la contribución del proceso de modernización y reorganización espacial del espacio agrario en el fortalecimiento de la economía de la Micro región Geográfica de Rondonópolis - MT. El estudio busca verificar las influencias e impactos del proceso de modernización y la tecnificación en la economía agropecuaria en el espacio regional; busca identificar las contribuciones de los agentes económicos del agro negocio, junto con el Estado, para la organización espacial y el desarrollo regional de la Micro región de Rondonópolis - MT, a partir de la introducción del proceso técnico-científico en el espacio agrario, y analiza el proceso de modernización y reorganización del espacio agrario de la región. Se adoptó el método cualitativo con base en una revisión bibliográfica.

Palabras claves: Modernización del espacio agrario; micro región de Rondonópolis; agentes económicos del agro negocio; sesgo regional; agronegocios.

Introdução

Para elaboração do artigo fez-se um recorte analítico utilizado no desenvolvimento de reflexão sobre a Microrregião de Rondonópolis-MT e sua polarização na economia regional a partir do processo de modernização e reorganização do espaço agrário, por intermédio da introdução do progresso técnico e científico. Processo este que, a partir de 1970, fez da cidade de Rondonópolis uma região polarizadora do desenvolvimento econômico regional.

Do ponto da escala espacial, o procedimento adotado para análise e pesquisa é da Microrregião Geográfica de Rondonópolis-MT localizada na Mesorregião Sudeste de Mato Grosso. A análise parte do pressuposto que os fenômenos objetivados não se restringem apenas à fronteira física da microrregião, principalmente quando se trata de verificação e análise dos fenômenos geográficos pela sua complexidade. Em nossa análise a escala é vista como uma estratégia de apreensão da realidade, que define o campo empírico da pesquisa, considerando que são os fenômenos que dão o sentido ao recorte espacial objetivado e também à categoria de análise. A análise geográfica dos fenômenos requer que se objetivem os espaços na escala em que eles são percebidos. Portanto, a região possui uma dimensão territorial e uma dimensão social que interagem e configuram uma escala particular do espaço, como afirma Castro (1995).

No recorte temporal, a intenção é levantar uma discussão teórica sobre o processo de polarização na economia regional de Rondonópolis a partir de 1970. Entretanto, é necessário primeiramente expor sobre as fases de evolução do processo de formação do espaço agrário mato-grossense, tendo em vista que este processo deve ser entendido na sua totalidade, uma vez que um momento da realidade pode representar uma visão fragmentada do objeto. A primeira fase – 1700 a 1870 – foi marcada pela presença geopolítica da Coroa portuguesa no controle militar da região. A segunda fase – 1870 a 1930 – marcada pela evolução da

infraestrutura ferroviária que condicionou grandes transformações econômicas e espaciais na região sul do estado, com o objetivo de incorporá-la ao dinamismo econômico paulista. A terceira fase – 1930 a 1970 – fortemente marcada pela concessão de terras na colonização oficial e pela doação de glebas no interior do estado. A quarta fase – a partir de 1970 – quando chegam a Rondonópolis grandes empresas do agronegócio e agroindústria e que impuseram o uso do progresso técnico-científico na economia agropecuária, sobretudo nas áreas de Cerrado. É nesta fase que a Microrregião de Rondonópolis adquire um desenvolvimento econômico ao ponto de polarizar a economia regional.

O texto está estruturado em quatro tópicos. O primeiro procura debater sobre o domínio morfoclimático e fitogeográfico do Cerrado com o objetivo de identificar e analisar a sua predisposição para o cultivo da agricultura comercial de exportação.

O segundo tópico procura abordar sobre o processo de apropriação mercantil do Cerrado pelos agentes econômicos. O processo de apropriação mercantil do Cerrado, na argumentação teórica, é entendido a partir da implantação das relações de produção capitalista global – em suas várias escalas territoriais nas áreas de Cerrado – e o controle das multinacionais é entendido a partir da comercialização, distribuição e processamento industrial na atividade econômica agropecuária. O conceito de espaço agrário discutido nessa seção é interpretado como uma estrutura totalizante do processo de modernização, em condições de materialização e espacialização contraditória. O espaço agrário se organiza a partir da luta de classes sociais e dos conflitos de interesse. É como diz Moreira (1991), o espaço agrário segue neste viés de transformação e de reprodução desigual, que imprime novas formas de manutenção das relações sociais, ora associadas, ora contraditórias. O espaço agrário se tornou extremamente complexo com o avanço do capitalismo, quebrando, ou reformulando antigas estruturas sociais de produção e criando outras. A noção de frente de expansão analisada neste tópico, refere-se à interpretação teórica do sociólogo José de Souza Martins. Para Martins (1996), a frente de expansão ficou caracterizada como uma frente demográfica de populações camponesas e pobres residualmente vinculadas ao mercado.

O terceiro tópico levanta uma discussão teórica sobre o processo de modernização, industrialização do espaço agrário e territorialização dos agentes econômicos na Microrregião de Rondonópolis. O processo de modernização se constrói por meio das redes técnicas como as dos transportes (rodovia e ferrovia) e de energia – são vetores que possibilitam a espacialização dos processos modernos a partir do movimento de circulação e fluxo – e também por meio das redes financeira e de comunicação, que se apresentam na atualidade como de necessidade extrema. O processo de modernização, aqui entendido, refere-se ao

capitalismo em ação por meio de suas classes hegemônicas – é o seu processo de expansão e/ou territorialização pelos lugares. Se por um lado, a modernização carrega uma força que promove a homogeneização dos lugares, por outro, acaba por diferenciá-los ainda mais.

Para Castilho (2014), a modernização deve ser entendida como processo territorial articulado dialeticamente por sistemas político-ideológicos e técnico-produtivos que trazem como resultado a conformação de modernizações. A dimensão espacial é um ponto chave para a interpretação da modernização. Isso porque a espacialização é uma condição basilar de sua expansão, sendo o território o lócus das articulações políticas. No Brasil a modernização foi imposta de maneira vertical e autoritária – e continua sendo reproduzida dessa maneira a partir de demandas internacionais e, sobretudo, de articulações de grandes corporações, de atores locais e de ações em diferentes escalas. Para Santos (2008), a modernização de um espaço consiste em unir-se econômica, política e socialmente ao mundo moderno. O processo de modernização é um dos principais condicionantes para o estabelecimento do processo de territorialização no capitalismo global: ambos contraditórios entre si, e que constroem um espaço de conflitos de interesse – socialmente desigual.

O quarto tópico procura abordar sobre a formação de uma polarização na economia regional da Microrregião de Rondonópolis-MT Neste tópico, procura-se fazer um desfecho das discussões teóricas trabalhadas nos tópicos anteriores. Neste tópico aborda ainda sobre o fortalecimento da economia da Microrregião de Rondonópolis a partir do processo de modernização e reorganização espacial (modernização do espaço agrário) e da introdução do progresso técnico-científico na região.

Materiais e métodos

Este artigo é resultado de pesquisas e experiências empíricas realizadas durante o trabalho de doutorado na Universidade Estadual Paulista em Rio Claro-SP entre 2001 e 2006. Os procedimentos teórico-metodológicos foram organizados e estruturados a partir de uma análise teórico-crítica sobre o processo de polarização na economia regional da Microrregião de Rondonópolis dentro do modelo de produção capitalista. A discussão teórico-metodológica procede de duas formas: um debate teórico a partir da interpretação do referencial bibliográfico utilizado e trabalhado, e uma reflexão a partir das experiências e pesquisas acumuladas durante as pesquisas do doutorado. O texto ainda é resultado de experiências nos trabalhos de geografia regional, de pesquisas de campo durante o mestrado em Planejamento Urbano e de trabalhos e pesquisas bibliográfica e empírica.

Cerrado: vegetação e solos

As grandes áreas de vegetação com características comuns são conhecidas como biomas ou domínios morfoclimáticos e fitogeográficos. Os geógrafos, entre eles Aziz Nacib Ab'Sáber, preferem chamá-las de domínios morfoclimáticos e fitogeográficos. Entretanto, os biólogos chamam apenas de biomas, que deveriam chamar de biomas continentais, mesmo porque existem zonobiomas. Estes são biomas que atravessam áreas muito grandes de um continente a outro e que reaparecem em continentes vizinhos. A palavra Domínio deve ser entendida como uma área do espaço geográfico, com extensões subcontinentais, de centenas de milhares e até de milhões de Km², onde predominam determinadas características morfoclimáticas e fitogeográficas, distintas daquelas predominantes nas demais áreas.

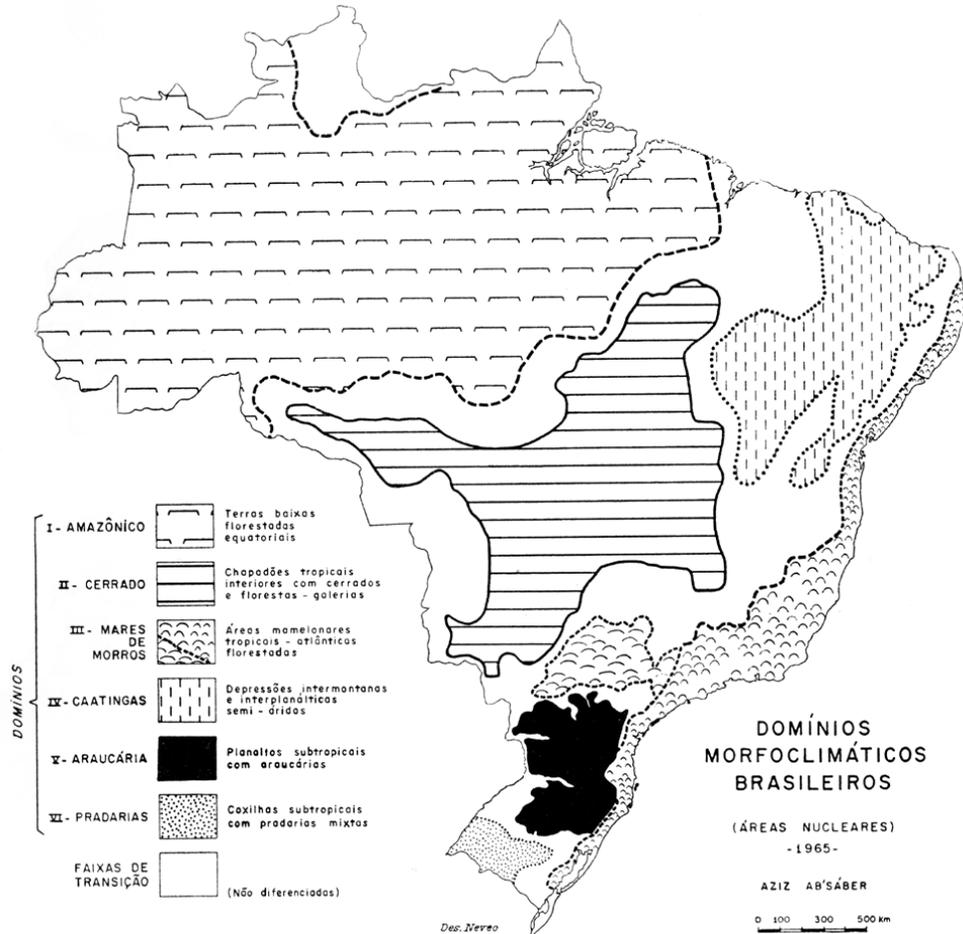
Para Ab'Sáber (1967), o Cerrado representa o domínio dos chapadões tropicais: as duas estações recobertas por cerrados, penetrados por florestas de galerias; - planaltos de estrutura complexa, capeados ou não por lateritas de cimeira (corresponde ao nível mais elevado do relevo, que se encontra acima de 800 metros, desprovido de cobertura sedimentar e vegetação); - planaltos sedimentares com vertentes em rampas suaves; - ausência quase completa de mamelonização; - drenagens espaçadas pouco ramificadas; - cabeceiras em *dales* (vales, veredas); - calhas aluviais de tipos particularizados.

O Cerrado é um domínio morfoclimático e fitogeográfico que se caracteriza pela presença de estrato arbóreo e estrato herbáceo, sendo que ambos representam os seus elementos componentes. Segundo Christofolletti (1979, p. 40-1), para o estrato arbóreo consideram-se as seguintes variáveis: densidade arbustiva (número de árvores/área); intensidade florística (número de espécies/área); distância média entre as árvores; área recoberta pelas copas (por unidade de área padrão); índice de ramificação das espécies; biomassa por área padrão; altura das árvores. Para o estrato herbáceo, pode-se mencionar: altura da cobertura herbácea; área ocupada por esta cobertura; densidade das herbáceas (número de plantas/área); biomassa.

No Brasil, a área de Cerrado é composta por vários estados da federação: Goiás, Tocantins, Mato Grosso do Sul, região sul de Mato Grosso, oeste e norte de Minas Gerais, oeste da Bahia e Distrito Federal, sendo, portanto, um dos maiores domínios morfoclimáticos e fitogeográficos do país, conforme ilustra o Mapa 01. Compartilha com várias espécies de vegetações, como a floresta amazônica, a caatinga e a floresta atlântica e possui uma biodiversidade rica em matas semicaducifólias, que são muito atingidas por queimadas (CONTI;

FURLAN, 1995). Caracteriza-se também como uma savana com vegetação arbórea bem esparsa e distingue-se de outras comunidades vegetais do Brasil pela sua fisionomia. Sua vegetação é um mosaico de campos limpos, sujos e cerradão, constituídos de árvores de casca grossa, tortuosas, com plantas xeromórficas que lembram as regiões semidesérticas. As plantas estão adaptadas para retirar água profunda através de raízes que atingem até 15 metros.

Mapa 01 - Domínios morfoclimáticos do Cerrado.



Fonte: Ab'Sáber (1967).

Os solos são constituídos de sedimentos que se originam do Terciário, bastante profundos, cor vermelha, porosos, permeáveis e bem drenados, portanto muito lixiviados. Não dispõe de todos os nutrientes que a agricultura mecanizada precisa, devido à sua origem associada a depósitos sedimentares antigos, que vêm sofrendo pedogênese há milhares de anos, conforme explicam Conti e Furlan (1995). De acordo com as diferentes condições geomorfológicas, geológicas e climáticas, os solos dos cerrados variam de textura, estrutura,

perfil e profundidade. Os solos do Cerrado brasileiro apresentam alta concentração de alumínio, o que determina uma propriedade importante: a capacidade de troca catiônica, fundamental no metabolismo nutricional das plantas. Esta composição química do solo, torna-o muito ácido, devido exatamente à grande presença de alumínio, que é tóxico para a maioria das espécies utilizadas na agricultura comercial. É necessária correção de seu pH (potencial hidrogeniônico) por meio da aplicação de calcário. Desta forma, os cerrados tornam-se grandes áreas de cultivo agrícola para exportação e consumo interno.

A correção do solo para o plantio mecanizado em grande escala é feita pela adubação com fertilizantes industriais, com o uso de tecnologias biogenéticas. Para fazer essa correção, há o apoio de políticas públicas de investimento regional, instituídas especificamente para essas áreas, como o programa do PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados). Outro exemplo, é o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) instituído pelo Decreto Federal nº 75.320, de 29/01/1975, com o objetivo de promover o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias da região Centro-Oeste e do oeste do estado de Minas Gerais.

Quanto ao relevo compõem-se de grandes chapadões planos com altitudes entre 300 e 600 metros acima do nível do mar, o que facilita o trabalho mecanizado. Além disso, situa-se geograficamente numa área de grande insolação, fator que contribui para determinados tipos de plantio agrícola que requerem esse elemento como a sojicultura. O sistema de drenagem, por sua vez, sofre grande influência da topografia, caracterizada por rios permanentes ladeados por matas de galeria e buritizais (CONTI; FURLAN, 1995).

Nos parágrafos anteriores, foi possível visualizar teoricamente os domínios morfoclimáticos e fitogeográficos do Cerrado. Entretanto, o Cerrado não consiste apenas em um bioma ou um domínio morfoclimático e fitogeográfico composto por vegetais, animais, clima, rede hidrográfica, solo e outros elementos físicos, há também o homem. É o homem que se apropria dele e submete-o a transformações com o objetivo de buscar uma paisagem cada vez mais cultural e humanizada. Portanto, o conceito de Cerrado como um domínio morfoclimático e fitogeográfico formado somente pelos fatores físicos e biológicos, sem incluir o homem, não é mais válido. Sobretudo, a partir do momento em que o Cerrado se tornou objeto de apropriação mercantil por uma classe social de linhagem agrária afortunada (produtores rurais, exportadores de *commodities*).

Apropriação mercantil do Cerrado: espaço agrário da dominação dos agentes econômicos

Para debater sobre o processo de apropriação do Cerrado, é necessário contextualizar como era este domínio antes da implantação do projeto de modernização agropecuária e também as várias etapas da produção espaço-temporal na região de Rondonópolis. O processo de produção espaço-temporal do espaço agrário de Mato Grosso pode ser dividido em quatro fases. A primeira – 1720 a 1870 – foi marcada pela presença geopolítica da Coroa portuguesa no controle militar da região, principalmente com a criação da primeira capital de Mato Grosso, Vila Bela da Santíssima Trindade, localizada no sudoeste do estado e fundada no dia 29 de janeiro de 1748 – ano em que se criou também a Capitania de Mato Grosso, desmembrada da Capitania de São Paulo. Esta fase caracterizou-se pelas atividades econômicas que visavam a assegurar o controle do espaço agrário, como por exemplo, a atividade canavieira, que desde 1727 já teria se estabelecido no estado, embora tenha atingido seu desenvolvimento definitivo por volta de 1888, inclusive com o surgimento das primeiras agroindústrias do açúcar (BORGES, 1991).

As principais propriedades territoriais destinadas a essas atividades foram controladas por companhias estrangeiras, como The Brazilian Meat Company, Fomento Argentino Sud-Americano, Franco-Brasileira, The Miranda Estancia Company, Sud-Américaine Belge S/A, Brazil Lande Cattle and Packing e The Água Limpa Syndicate, com fazendas entre 5.000 e 884.231 hectares. Agiram na forma de monopólios e tornaram mais intensos os processos de concentração fundiária (BORGES, 1991, p. 62-102). Neste período, estas empresas foram as donas do poder econômico e político do processo produtivo no espaço agrário mato-grossense. Segundo o referido autor, a partir de 1856, com a abertura da navegação através do rio Paraguai, abriu-se nesse estado a possibilidade de produzir o açúcar para exportação. Aí, formaram-se grandes propriedades, fazendas de cana-de-açúcar surgindo uma elite agrária com força política suficiente para se impor politicamente no cenário regional e se alternar no poder com os representantes de oligarquias do sul, formadas por pecuaristas e representantes da Companhia Erva-Mate Laranjeira.

A erva-mate, planta nativa da América já conhecida pelos índios, que a utilizavam como estimulante para os músculos e sistema nervoso, tornou-se importante atividade produtiva com a abertura da Hidrovia Paraguai, sendo exportada para a Argentina. Isto possibilitou a criação da Companhia Mate Laranjeira, que financiou a partir dos anos 1850 – a abertura de estradas, hidrovia e pontes e controlou a embarcação do produto. Seu poder de financiamento estava na posse de fábricas para a transformação do produto (erva mate) e ser a grande responsável pela construção da ferrovia Noroeste do Brasil, ligando Mato Grosso do Sul

a São Paulo (PIAIA, 1997). A atividade econômica da erva-mate foi muito importante do ponto de vista do poder político e econômico, no passado de Mato Grosso, de acordo com Silva (1996).

A segunda fase tem início aproximadamente em 1870 e segue até 1930. É um período marcado pela evolução da infraestrutura ferroviária que provocou grandes transformações econômicas e espaciais na região sul do estado, que passaram a incorporá-la ao dinamismo econômico paulista. Tal incorporação proporcionou a intensificação da atividade econômica extrativa e, em consequência, Mato Grosso experimentou outro surto migratório e de povoamento, orientado pela extração da borracha, ipecacuanha (poaia, uma planta medicinal), cana-de-açúcar e erva-mate – produtos de grande aceitação no mercado externo neste período, informa Piaia (1997).

Nos últimos anos do século XIX alguns atores sociais da atividade extrativa vegetal de grande demanda na época, que lidavam no mercado mundial, passaram a selecionar novas porções do espaço geográfico de Mato Grosso, na busca do domínio de sua territorialidade (MOURA, 1983). Além da já existente criação bovina, houve também a industrialização do setor, com a introdução do extrato e caldo de carne e do charque, na década de 1920 (BORGES, 1991).

A terceira fase da produção espaço-temporal do espaço agrário mato-grossense que se iniciou em 1930 e perdurou até 1970, é fortemente marcada pela concessão de terras na colonização oficial e pela doação de glebas no interior do estado. Nesta fase, a região de Rondonópolis já começa ganhar pujança econômica no sudeste mato-grossense. Nos anos 1930, as terras devolutas foram vendidas a empresas colonizadoras, e as áreas de colonização oficial ficaram reservadas a pessoas físicas. Neste período, o poder público passou a dimensionar sua estratégia política de colonização e ocupação do território mato-grossense com a privatização de suas terras devolutas e a instalação da colonização dirigida (pública). A partir de 1930, tem início um processo de economia urbano-industrial no Brasil, e Mato Grosso passa a viver uma nova fase econômica e, conseqüentemente, de transformação espacial, com o surgimento de uma força econômica e política da burguesia industrial brasileira, com grande poder político na organização do território.

Norteados pela política de colonização, o governo estadual, na década de 1940, adotou a mesma estratégia que fora iniciada pelo governo federal. Em 1947, de modo a acelerar essa política, o poder público estabeleceu a fundação e organização de colônias agrícolas para o domínio do território (MOURA, 1983). Entre as décadas de 1940 e 1950, foram criadas na

região sul do estado², pelo Departamento de Terras e Colonização (DTC, órgão estadual) as colônias agrícolas estaduais e particulares de Mutum (1939), Paraíso (1943), Nossa Senhora de Fátima (1947), Paulista (1948), Coronel Ponce (1948), Alto Coité (1948), Naboreiro (1949), Macacos (1949) e Rondonópolis (1948), conforme relato de Gontijo (1988). Neste período, a ocupação do território se estabeleceu de modo mais racional, com ações políticas dirigidas, por intermédio das políticas públicas da Marcha para o Oeste.

Esta expressão designou a política de ocupação territorial para a criação de colônias agrícolas, no primeiro mandato de Vargas, na década de 1940, por conta da necessidade urgente de abrir novas frentes de expansão e ampliar a malha viária no Centro-Oeste, a fim de favorecer a penetração do capital agropecuário na região. Para tanto, incentivou-se a produção na pequena propriedade, que seria responsável pelo abastecimento de grãos na fronteira em expansão, constituída em sua maioria por nordestinos migrados do Sudeste (GONTIJO, 1988). A Marcha para o Oeste foi um dos condicionamentos da época para a ocupação demográfica e depois econômica do espaço agrário mato-grossense.

Entre 1950 e 1955, o governo mato-grossense adotou uma política destinada a sistematizar a ocupação das terras e a expansão da fronteira agrícola. De início, o Estado incentivou a implantação de empresas colonizadoras particulares, mas não logrou êxito, pois as terras regressaram às mãos do Estado, foram-lhe devolvidas, explica Demamann (1997). A partir de 1960, iniciou-se a abertura de rodovias e a construção de Brasília, com o objetivo de consolidar a ocupação demográfica, econômica e geopolítica do Cerrado. Nos vários ciclos desse processo histórico por meio de ocupações humanas, a região do Cerrado foi aos poucos se transformando em domínio natural em um Cerrado de paisagens culturais, com repercussões no meio ambiente. Nesse período, os colonos eram em sua maioria pequenos proprietários, o que lhes permitia, como atores sociais, buscarem sua própria territorialidade.

Finalmente, a quarta fase corresponde ao período a partir de 1970. Em 1977 o estado foi dividido e o governo estadual passou a sediar em Cuiabá, que dista apenas 200 km de Rondonópolis. Esta aproximação de Rondonópolis com a capital permitiu a oxigenação do desenvolvimento da região. A partir da década de 1970, chegaram a Rondonópolis imigrantes do sul à procura de terras de menor valor do que as do sul: podemos citar as do Cerrado, que na época eram comercializadas a preços menores, fato que lhes permitiu adquirir grandes áreas de terra a um custo menor. Isto significa que a venda de suas terras no sul, por menor que fosse o preço, daria para comprar imensos imóveis nas áreas de Cerrado, principalmente

² Em 1977, o estado de Mato Grosso foi dividido. A referida região sul do estado diz respeito ao atual estado.

com o apoio financeiro do Estado. Juntamente com os “gaúchos”³, chegaram ao Cerrado os tratores, máquinas e instrumentos industrializados para a agricultura de precisão.

Após 1970, chegou à região toda uma infraestrutura de equipamentos industrializados e teve início a “despecuarização espacial”⁴, quando os agentes econômicos colocaram a agricultura e a pecuária mecanizada em primeiro plano e a tradicional em segundo. Nos dias atuais, a ocupação do espaço regional é explicitamente econômica, isto é, uma ocupação econômica do espaço agrário. Nesse processo, os atores econômicos comandam todo o processo produtivo regional, impondo sua racionalidade de crescimento econômico e de sua geopolítica.

A partir do momento em que se inseriu no Cerrado a agricultura comercial de exportação desenvolvida por intermédio de instrumentos técnicos e científicos, pode-se afirmar que essa área passou a ser um “espaço instrumentalizado”, tornando-se a grande responsável pela produção de grãos no cenário nacional. A conquista do Cerrado foi a grande invenção dos trópicos no século XX. No estado do Mato Grosso e em Rondonópolis boa parte de seu espaço agrário ocupado pelo Cerrado, é conhecido como “celeiro do mundo”, por conta da forte influência do agronegócio.

A modernização e industrialização do espaço agrário: territorialização dos agentes econômicos na Microrregião de Rondonópolis

A Microrregião Geográfica de Rondonópolis está localizada na Mesorregião Sudeste Mato-grossense, que é composta por 4 microrregiões: a Microrregião de Rondonópolis composta por 8 municípios (Rondonópolis, Itiquira, Pedra Preta, São José do Povo, Juscimeira, São Pedro da Cipa Jaciara e Dom Aquino); a Microrregião Geográfica de Alto Araguaia (Alto Taquari, Alto Araguaia e Alto Garças; a Microrregião de Tesouro (Araguinha, Ponte Branca, Ribeirãozinho, Torixoreo, Guiratinga, Poxoreo, Tesouro, Pontal do Araguaia, e General Carneiro); e a Microrregião de Primavera do Leste composta pelos municípios de Primavera do Leste e Campo Verde, conforme demonstra o mapa nº 02 a seguir.

O processo de industrialização da agricultura basicamente passa por três segmentos que o compõem: indústria a montante, agricultura e indústria a jusante. A indústria a montante é a fornecedora de bens de capital e insumos para a agricultura; e a indústria a jusante é a

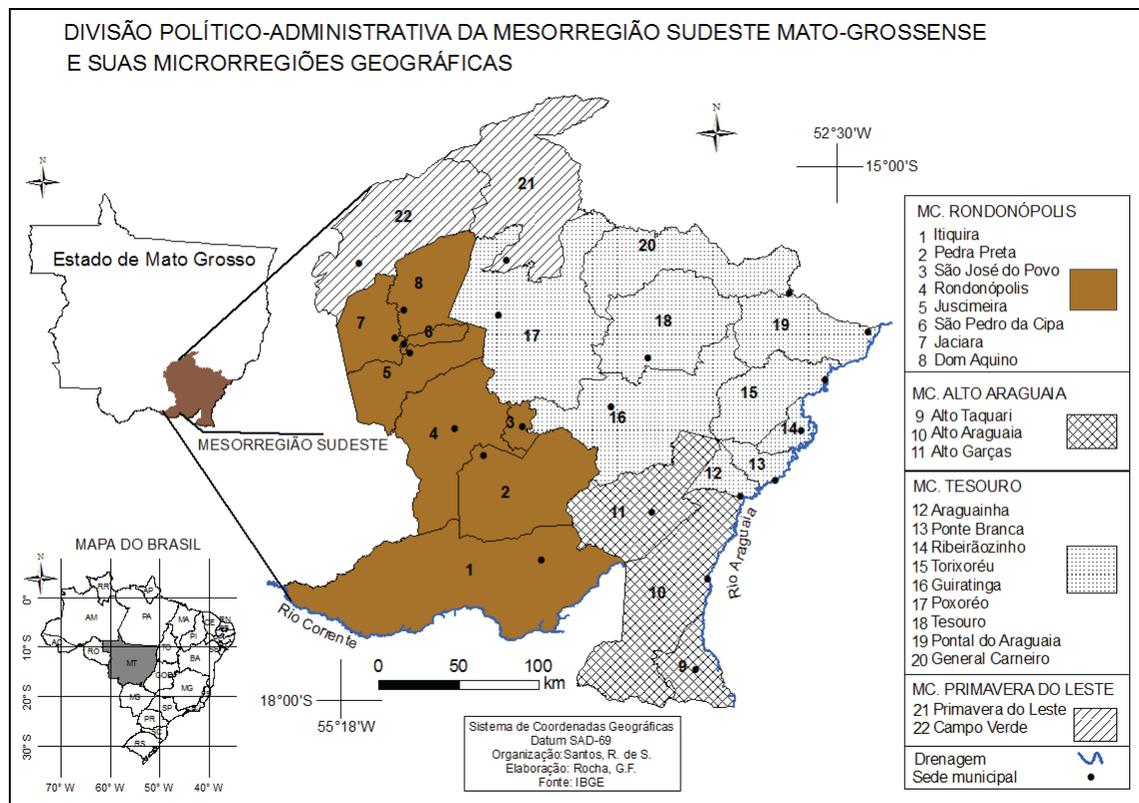
³ Popularmente, diz-se *gaúchos*, na região, em referência a todos os que chegaram do sul: os paranaenses, catarinenses e os verdadeiros gaúchos, do Rio Grande do Sul.

⁴O processo de “despecuarização espacial” no texto diz refere à valorização excessiva, por parte das políticas públicas, do investimento na agricultura, e o papel secundário das políticas públicas voltadas à pecuária na época.

processadora de matéria-prima agrícola, denominada agroindústria. A partir desse processo é que se deu a “industrialização da agricultura”.

A industrialização da agricultura se resume na integração do capital agropecuário ao capital industrial, quando o setor agrícola passou a produzir em grande escala, para atender ao mercado – cada vez mais exigente de qualidade na produção – através de instrumentos industrializados e técnicos. A criação de políticas públicas de investimentos de ocupação do Cerrado, com a abertura de linha de crédito e isenção fiscal, também constitui um dos fatores que possibilitou a integração do capital industrial e agrícola.

Mapa 02 - Divisão político-administrativa e suas microrregiões geográficas



Fonte: IBGE (2012).

O processo de modernização e industrialização da agricultura em Mato Grosso ocorreu de forma tardia, justificada por uma economia de base extrativa e uma agricultura tradicional e de subsistência. Este processo somente avançou com as políticas públicas de desenvolvimento para a região Centro-Oeste implantadas após 1930. A partir da década de 1980, houve um processo de mudança na base produtiva, associando o setor industrial e o setor primário, que ganhou impulso através do Programa de Desenvolvimento Industrial de Mato Grosso

(PRODEI). Este programa foi criado em 1988 pelo governo estadual com o objetivo de fomentar a atividade industrial em Mato Grosso, por meio de incentivos fiscais e investimento em infraestrutura (formação de distritos industriais). Nesse momento surgem os distritos industriais de Cuiabá, Rondonópolis, Barra do Garças e Cáceres (OYAMADA, 2015). Surgem também as agroindústrias esmagadoras localizadas a jusante de produção de soja, que começaram a ser instaladas em Mato Grosso a partir de 1985.

Em Rondonópolis, após a década de 1980, caminhou-se no sentido de uma fase da agricultura tradicional para uma fase de economia alimentar industrializada, ao se ampliar a quantidade de empresas ligadas aos setores a montante e a jusante do agronegócio. Na região, até o final dos anos 1990, já havia empreendimentos a jusante do agronegócio, isto é, o setor agroindustrial responsável pela transformação da produção agropecuária.

As agroindústrias de soja, no Mato Grosso, localizam-se em Cuiabá (capital) e Rondonópolis, sul do estado, com capacidade de esmagamento de 32% de sua produção, sendo o restante transportado para as agroindústrias de maior porte, que se localizam nas Regiões Sul e Sudeste ou para os portos de Paranaguá (PR) e Santos (SP). As principais agroindústrias de soja no Mato Grosso estão concentradas nas principais cidades do estado, Cuiabá e Rondonópolis. Em Cuiabá, estão instaladas as seguintes empresas: Ceval Ltda., Encomind S/A, Sementes Maggi Ltda. e Sperafico S/A. Em Rondonópolis, Ceval Ltda. e Adm. S/A. (OLIVEIRA, 2003). Segundo Wesz Junior (2014) a distribuição espacial das agroindústrias de soja em Mato Grosso em 2012, está concentrada em Rondonópolis – a localidade responde por mais de um terço da capacidade total de esmagamento. No município estão presentes ADM e Bunge, além da Noble, que está em implantação. Rondonópolis é considerada o polo agroindustrial do estado, dado o grande número de empresas de diferentes setores envolvidos com a soja.

Segundo o IBGE (2013) as indústrias de transformação possuem maior peso no conjunto das atividades industriais, e em 2011 o setor representou 96,65% do total de unidades instaladas, com destaque na fabricação de produtos alimentícios e bebidas, fabricação de produtos de madeira, e fabricação de produtos minerais não metálicos. Isto indica que o setor industrial em Mato Grosso é pouco diversificado e diretamente ligado à existência de matérias-primas e recursos naturais. Conforme dados do IBGE (2013) observa-se que o número de estabelecimentos industriais instalados em Mato Grosso apresentou uma expansão de 41%, passando de 1.250 em 1996 para 3.016 em 2011. A cidade de Rondonópolis localizada mais ao Sul do Estado é a quarta em número de empregos na indústria de transformação, com 6,5% de participação.

É importante considerar que o aparecimento destas agroindústrias de alto nível técnico introduziu novas relações com o espaço, com implicações de ordem social e territorial ainda pouco estudadas. Isso tornou necessário iniciar uma reflexão sobre o tema, analisando o novo padrão de acumulação no atual período técnico-científico e as novas tendências que surgem nesta fase do capitalismo. Até porque o capitalismo, como sistema econômico, social e político, é capaz de revolucionar constantemente os meios de produção. Atualmente, essa força tem até mesmo superado as barreiras naturais do espaço geográfico e, sobretudo, imposto novas relações de produção, com novos vínculos capital-trabalho, como o de flexibilização e de terceirização no processo produtivo, tanto nas zonas urbanas quanto na rural. Simultaneamente, suplanta as técnicas da economia tradicional, supera os instrumentos de trabalho arcaico e cede lugar às novas técnicas, aos instrumentos industrializados e máquinas modernas, que se tornaram imprescindíveis ao agrônomo, veterinário, piloto agrícola, ao especialista em adubos etc. – mão de obra que deve ter conhecimento especializado.

Mas uma coisa é certa: o novo paradigma tecnológico no qual se inserem as agroindústrias, ao impor mudanças na base técnica, acabou por gerar, direta e indiretamente, mercados de trabalhos distintos e ao mesmo tempo complementares, originando uma profunda segmentação social, com repercussões na forma de ocupação do território (GUIMARÃES, 1997). Essa nova relação capital-trabalho requer maior qualificação profissional e redução de mão de obra, onde o trabalhador deve ter capacidade de incorporar novos conhecimentos técnicos e diversificados, para que seja polivalente. As novas mudanças, ao mesmo tempo, impõem um novo modelo de gerência e organização das empresas, e um distinto perfil de qualificação da mão de obra, afirma Bernardes (1996).

A necessidade de maior qualificação da força de trabalho, vinculada à introdução de novas tecnologias, de inovações técnico-produtivas do capital e à difusão do trabalho intelectual exigido pelo novo paradigma técnico-científico, criaram novas tendências no contexto socioeconômico e produtivo do cenário agropecuário mundial. Tais inovações e as recentes formas organizacionais tornaram mais complexas as atividades agrícolas, industriais e de serviços, e mais variada e densa a organização produtiva e social do espaço agrário. Em tempos de grandes avanços na tecnologia, não é estranho afirmar que até mesmo ao camponês é imposta a necessidade de se adequar ao mundo tecnológico. Aliás, ele deve portar nova conduta administrativa, que o faça capaz de tornar sua pequena propriedade em um empreendimento de cunho empresarial, de pensar como empreendedor. Requer-se uma combinação eficiente e eficaz dos fatores de produção (terra, mão de obra, capital e capacidade empresarial) com vistas à tomada de decisão mais eficiente.

As condições técnicas agroprodutivas de elevada funcionalidade trabalham em conjunto, articuladas com as demais forças (setor terciário) na economia garantindo produtividade, rentabilidade e dominando o processo de produção/comercialização em condições competitivas no sistema produtivo com a utilização de tecnologia de ponta. Com objetivo de reduzir a mão de obra através da automatização de equipamentos industriais e informáticos (ALVES, 1997), exigiu-se um profissional com um maior grau de saber, de conhecimento intelectual e níveis cada vez maiores de informação.

O objetivo destas inovações é dar respostas aos atuais obstáculos que se apresentam ao crescimento econômico, à mobilização da capacidade profissional e à redução dos custos. Tais metas vieram acopladas a uma nova política que almeja atuar sobre as estruturas de produção por meio de investimento e que impõem a integração dos camponeses ao pacto modernista. Em meio a este novo cenário os governantes utilizaram estratégias políticas para dar respaldo à necessidade de desenvolvimento da agricultura familiar, centrada na base das propostas neoliberais. É um modelo de modernização tecnológica agrícola, baseado na competitividade de preço e qualidade, além de ser dirigida aos mercados interno e externo.

As organizações, na busca da competitividade e produtividade, exigem tecnologia avançada e eficiência do trabalho no processo produtivo, conseguindo, desta forma, sucessivos êxitos em todo o ciclo produtivo através da polivalência e da flexibilização das relações sociais do trabalho, na tentativa de formar padrões de controle de qualidade. As grandes empresas de *agribusiness* e outras dotadas de grande capacidade de inovação técnica como as *tradings* multinacionais (ADM, Monsanto etc.) fazem com que o espaço agrário seja submetido a tensões socioeconômicas mais complexas e profundas na produção: com isso, cria-se uma nova configuração na organização produtiva local, onde estão inseridas. Estas tensões atingem a seção industrial, e também, indiretamente, todo o contexto da produção integrada, segundo Castells (2000).

Uma das tendências a ser observada nesse processo, é o gerenciamento em equipe: medida do desempenho pela satisfação do cliente, recompensa com base no desempenho da equipe, maximização dos contatos entre fornecedores e clientes, treinamento de funcionários em todos os níveis, automatização e robotização do processo produtivo. Portanto, há o fortalecimento de uma classe social de linhagem agrária, com grandes fortunas e uma tendência da concentração fundiária, e a reprodução de uma sociedade de classes no seio do espaço agrário. Este modelo de modernização do espaço agrário leva a outro processo de territorialização dos agentes econômicos nas mais variadas escalas espaciais. Esse processo

representa o mais amplo domínio geopolítico comercial e industrial destes agentes nas economias regionais onde atuam.

No processo de territorialização dos agentes econômicos, a difusão e adoção de novas tecnologias em Rondonópolis é algo muito cristalino nas feiras tecnológicas, as quais fazem com que, cada vez mais, o produtor se torne dependente dessas tecnologias. As empresas agrícolas e produtores rurais veem na tecnologia um símbolo do progresso. No fundo, a tecnologia condiciona a formação de valores sociais como, por exemplo, a troca do machado pelo trator, a troca da enxada de carpir pelos herbicidas. Isto é, acentua a dependência da economia regional a global. O processo de territorialização dos agentes econômicos ligados à economia agrícola em Rondonópolis, após a segunda metade dos anos 70, possui uma dinâmica que está diretamente relacionada ao dinamismo da produção do campo. Assim, os avanços qualitativos na produção são acompanhados pela correspondente implantação de novas empresas, de fixos e fluxos, e é justamente com a chegada destas empresas, como a ADM e a Bunge, que impõem a implantação do projeto de modernização da economia regional.

É assim que as agroindústrias procuram se territorializar na região de Rondonópolis. Elas são as principais empresas que atuam no ramo de comercialização/exportação da soja no Sudeste mato-grossense, e entre elas destacam-se a Ceval, Archer Daniel Midlands (ADM), Cargil, Bunge e Sementes Maggi Ltda., em Rondonópolis; a Coinbra, em Primavera do Leste; a Caramuru, em Alto Garças; e a ABC, em Pedra Preta. Destas, a Ceval, ADM e Sementes Maggi realizam o processamento/transformação da soja, principalmente a trituração para obtenção de farelo e óleo bruto. As agroindústrias de esmagamento de soja e produção de farelo se articulam também com várias outras, destacando-se as de produção de alimentos e de rações animais; assim, articulam-se ainda com as indústrias supridoras de insumos, sendo inclusive proprietárias de algumas delas (no caso dos fertilizantes).

Além do mais, as empresas agroindustriais atuam em segmentos produtivos em cadeia para facilitar o exercício de sua territorialidade. Estes segmentos – como os da indústria nas cadeias de grãos-farelo-ração e carnes, do comércio, serviços e mercado de trabalho – expressam os segmentos mais diretamente ligados ao complexo agroindustrial, por sua vez está diretamente ligado a um conjunto infraestrutural e institucional com os órgãos estatais e as redes técnicas territoriais. A integração é feita no sentido de buscar o fechamento do mercado a favor dos agentes econômicos por meio da modernização econômica e industrial na região rondonopolitana. Silva (2005) afirma que a ADM já previa, a partir do ano de 1999, uma reestruturação na produção industrial de acordo com o padrão de funcionamento praticado nos Estados Unidos, pela aplicação tecnológica na produção, compreendendo a automação com

novos equipamentos de trabalho. Assim, o Cerrado mato-grossense é o palco ideal das práticas econômicas de grandes grupos do segmento da cadeia grãos-farelo.

A Unidade Industrial da Sadia, que geograficamente se localiza bem ao centro do povoado de Campo Verde, é praticamente um injetor de oxigênio para a sobrevivência econômica do município. A empresa reorganizou toda a produção e a comercialização de produtos agropecuários locais e regional e integrou o campesinato ao pacto modernista. A Sadia, uma das empresas que se instalou em 1989 em Campo Verde, ajustou seu quadro de funcionários em 1992, adotando a terceirização da mão de obra em alguns setores da fábrica tais como carregamento de frango, ensacamento, expedição de rações, recebimento de sacagens e armazenagem de grão, limpeza e segurança. Na produção integrada, há apenas quatro granjas próprias, enquanto na parte dos produtores integrados há cerca de 182 granjas. Posteriormente, nos anos 1990, esta Unidade Industrial da Sadia foi vendida para a ADM, multinacional norte-americana.

A quase totalidade das granjas nas mãos dos produtores integrados denota maior responsabilidade por parte destes em assumir a eficiência da produção da empresa, diminuindo, assim, a incumbência desta com seu lucro e produtividade. No que diz respeito à flexibilização na produção do complexo sojífero regional, evidencia-se uma relação capital/trabalho característica do fenômeno de globalização e do neoliberalismo, principalmente na produção verticalizada da Sadia, em Campo Verde, no setor de avicultura: neste, o pequeno avicultor entra com a mão de obra e instalações do empreendimento e a empresa com filhotes, rações, transporte, insumos e assistência técnica. As instalações dos produtores associados (avicultores) são financiadas pelo Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FCO). Esta relação entre a grande empresa e o pequeno produtor constitui um dos mecanismos do neoliberalismo que é um fenômeno característico do processo de terceirização e já está cristalizado no cenário regional. Nessa relação capital x trabalho, o pequeno produtor é aparentemente autônomo, mas, na verdade, ele está subordinado ao capital financeiro e produtivo.

Na cidade de Rondonópolis, a unidade industrial da ADM também desempenha esse papel de subordinação do médio aos grandes produtores rurais, aos agentes econômicos do agronegócio global. A presença destas empresas em áreas agrícolas, proporciona a construção de um mundo industrial agroalimentar que conduz a uma transformação profunda em direção a um pensamento técnico a penetrar no universo familiar camponês. Daí, a sua capacidade técnica e político-comercial de domínio, tanto no mercado consumidor como no mercado comercial, ser consolidada. No processamento da soja, em Rondonópolis, tem-se a ADM e a

Bunge. O óleo degomado (óleo bruto sem ser hidratado – o óleo hidratado fica mais fino, mais claro, mas para isso passa por um processo de melhoramento) é produzido pela Bunge.

O processo de territorialização dos agentes econômicos exige ainda uma estrutura logística que possibilite a uma multinacional criar seu próprio território e domínio político-comercial no processo produtivo. No caso da ADM, ela dispõe de uma sofisticada infraestrutura de logística, que utiliza os três modais de transporte rodoviário, ferroviário e fluvial, para o carregamento de soja, farelo de soja, trigo, milho e açúcar. Para transportar seus produtos no interior do Brasil, a ADM carrega cerca de três mil caminhões por dia e utiliza boa parte do transporte ferroviário nacional disponível, sendo, portanto, uma das maiores usuárias dos serviços da Companhia Vale do Rio Doce e da Ferronorte/Brasil Ferrovias. Além disso, opera com a SARTCO (empresa transportadora que presta serviços de transporte à ADM, e que é dona de 66 barcaças) nos terminais fluviais dos rios Tietê, Paraná, Paraguai, Piracicaba e Parnaíba; em 2003, a SARTCO transportou 200 mil toneladas de produtos. Contando com instalações próprias nos portos brasileiros de Santos (SP), Vitória (ES) e Paranaguá (PR) e no porto uruguaio de Nueva Palmira, a ADM atua nas exportações e importações de produtos do complexo da soja, de milho, sorgo, trigo, açúcar e matéria-prima para produção de fertilizantes⁵

No setor a jusante, há também o semibeneficiamento do algodão. A tendência em curto prazo é o aumento da demanda externa, motivado pela vitória obtida do Brasil junto à OMC pelo fim do subsídio ao algodão norte-americano, situação encabeçada por cotonicultores mato-grossenses, tendo à frente o produtor Adilton Sachetti (que foi prefeito dessa cidade), cuja empresa tem sede em Rondonópolis. Esta posição política do prefeito de Rondonópolis constitui uma das formas de os atores se articularem politicamente para conquistar o mercado internacional e o domínio do território.

O Estado foi e é o principal fator condicionante no sentido de favorecer o processo de territorialização dos agentes econômicos em Rondonópolis-MT. Isto quer dizer que a ação do Estado consolida a reprodução social dos espaços regionais por meio de sua competência política de planejar o território, tanto o urbano como o rural. Com suas políticas públicas de investimentos, propicia condições favoráveis não somente para a reprodução social do espaço, mas, sobretudo para a reprodução econômica do território. Assegura as condições ideológicas quando se trata da unidade e da “coesão territorial”, isto é, contribui para que os indivíduos reconheçam seu espaço vivenciado e percebido.

⁵Dados colhidos junto à empresa, por meio da assessoria de informação, com a secretária Silvana Guedes dos Santos.

Na região, as forças das empresas agrícolas e os produtores rurais, aliadas às do Estado, conduziram o processo de territorialização dos agentes econômicos do *agribusiness* por intermédio da implantação da modernização no espaço agropecuário. É constatável também que o processo de territorialização dos agentes econômicos é efetivado pelo progresso técnico revestido por um discurso político-ideológico que prega, sobretudo, o desenvolvimento regional, sendo a pretensão de tal progresso desse discurso, instrumentalizar o espaço regional com vistas a viabilizá-lo à acumulação capitalista.

O Estado foi um dos agentes que atuou no provimento e na estruturação e ocupação do espaço agrário nas áreas do Cerrado, dando respaldo à gestão ao espaço agrário local e regional. As políticas de estímulo à expansão de frentes da agricultura comercial no Cerrado tiveram impactos consideráveis sobre a estruturação do espaço agrário, com a introdução da pesquisa, por intermédio da Embrapa. Os estímulos governamentais direcionados à atividade econômica agropecuária possibilitaram a incorporação da produção local ao mercado nacional e internacional. A atuação dos sindicatos agropecuários regionais deu-se juntamente com a da UDR (União Democrática Ruralista e atualmente a CNA - Confederação Nacional da Agricultura), e com o apoio do poder público. São estes fatores os responsáveis pelos compromissos institucionais, nas diversas escalas espaciais da produção agrícola contemporânea, e pelo conseqüente processo de territorialização dos agentes econômicos em Mato Grosso.

Os agentes econômicos do agronegócio territorializam através da regulação global do mercado agrícola com a proteção do Estado sobre o mercado. A intenção é de que a agricultura contribua para o crescimento global e amplie a sua integração com o capital industrial, com vista a tornar-se mais competitiva para exportação e manter o controle da comercialização e distribuição dos produtos agrícolas. Isto conduziu a uma articulação maior da agricultura comercial com a economia global, inclusive, condicionando as formas institucionais regionais e locais. No espaço agrário, o pacto neoliberal contribuiu significativamente para o crescimento econômico, porém a agricultura passou a ter maior dependência da economia global. A dinâmica da industrialização a montante fez com que os agricultores (mesmo o grande produtor) cada vez mais dependessem de instrumentos industrializados; ao mesmo tempo, eles ficaram fragilizados no que diz respeito à comercialização de seus produtos no mercado internacional.

Microrregião de Rondonópolis e sua polarização na economia regional

As transformações estruturais no entorno da microrregião se intensificam com os movimentos rural-urbanos e imigração de outras regiões do país, aumentando o tamanho e a complexidade dos núcleos. Estes podem crescer o suficiente em organização e complexidade, a ponto de se tornarem novos municípios, como é o caso de São José do Povo, emancipado no início dos anos de 1990. Esses núcleos urbanos constituem centros de concentração e redistribuição de mão de obra, formada por ex-colonos e migrantes que não conseguiram acesso à terra. À medida que os centros ganham dinamismo, eles também tendem a receber grupos de migrantes, oriundos de áreas urbanas, atraídos pelo crescente setor terciário, como é o caso da cidade de Rondonópolis.

Na região, o processo de modernização do espaço agrário deu origem a outro processo – o da urbanização – que se encontra estruturado a partir da cidade de Rondonópolis. Os núcleos urbanos se estruturaram a partir dos projetos de colonização em um primeiro momento, e posteriormente com as políticas de desenvolvimento regional voltadas para a agropecuária. Em outras palavras, podemos afirmar que o processo de modernização e reorganização do espaço agrário da Microrregião de Rondonópolis caracteriza-se atualmente por um espaço urbanizado com taxas de urbanização equivalente às regiões do Centro-Sul. Até 1970, a ocupação do território em termos locais era uma questão de segurança nacional, geopolítica e demográfica, mas a ocupação socioeconômica daquele espaço e sua efetiva integração econômica aos contextos nacional e cenário internacional, foram determinantes para o desenvolvimento da cidade de Rondonópolis, a partir dos anos 1970. A integração econômica da região ao cenário nacional, juntamente com o processo de modernização e reorganização do espaço agrário, fez de Rondonópolis uma região polarizadora do desenvolvimento regional.

A influência de Rondonópolis na malha urbana da Mesorregião Sudeste Mato-grossense é fato cristalizado, pois aí se concentra grande parcela das atividades comerciais, econômicas e de prestação de serviços circunscritas no seu espaço, principalmente aquelas revestidas de um elevado conteúdo técnico. Dois grupos que operam no mercado de sementes de alto padrão de qualidade, a Embrapa/Fundação Mato Grosso e a Monsoy/Monsanto, consolidam Rondonópolis como referência regional e nacional neste segmento de produção e comercialização de sementes. A presença de agroindústrias da ADM (Archer Daniels Midland Company), Bunge, da Cervejaria Petrópolis (cerveja crystal), inaugurada em 4 de julho de 2008, e outras agroindústrias de menor porte oxigenaram a economia rondonopolitana para além das escalas regionais.

A implantação da Cervejaria Petrópolis em Rondonópolis deu-se com auxílios fiscais do Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Estado de Mato Grosso

(PRODEIC). A expansão dos negócios da Cervejaria Petrópolis encontrou no Prodeic, um dos incentivos para a instalação da empresa em Mato Grosso. Nesta Unidade Industrial foram investidos aproximadamente R\$ 120 milhões somente na construção do parque industrial de 28 mil m², com capacidade de produção de 200 milhões de litros de cerveja anualmente para abastecimento dos mercados das regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil. Este cenário coloca a Microrregião de Rondonópolis em destaque na arena regional, estadual e nacional dentro da rede de influência interregional urbana.

Atualmente, Rondonópolis constitui uma região polarizada dentro do sudeste mato-grossense, e ao mesmo tempo consegue estabelecer uma área de influência em seu entorno imediato, o que a caracteriza como uma área-região: tornou-se um centro que coordena e dirige as atividades de produção, conquistando, portanto, uma funcionalidade econômica em relação às demais cidades da microrregião. Essa pujança da cidade de Rondonópolis é um desdobramento do processo de industrialização e modernização agropecuária recente.

O processo de industrialização e modernização permitiu a formação de uma área bastante urbanizada, que fez do município de Rondonópolis um espaço de polarização regional com influência em diversas cidades consideradas centro local na microrregião. E também na arena regional da Mesorregião Sudeste Mato-grossense. Rosso (1999), em sua dissertação de mestrado, demonstra que a influência de Rondonópolis no contexto da Mesorregião Sudeste Mato-grossense é baseada nos setores de transportes, agricultura, agroindústria, saúde e ensino universitário. No setor dos transportes, a Ferrovia Norte-Sul, as rodovias BR-163 e BR 364 cruzam o município, permitindo uma comunicação da cidade com a região Centro-Sul e o Centro-Oeste e o norte do país através da BR-364. Rondonópolis tem na localização geográfica, um diferencial em relação aos outros municípios da região, por estar situada em um entroncamento rodoviário que permite a instalação de atividades que estão interligadas com diferentes partes do território: fato que contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento econômico do município.

No setor da agricultura e da agroindústria, o município de Rondonópolis constitui um polo agropecuário e agroindustrial no sudeste mato-grossense. Na saúde temos a Santa Casa da Misericórdia e o Hospital Regional de Rondonópolis (Hospital Público). No setor de ensino universitário destaca-se a Universidade Federal de Mato Grosso com mais de 20 cursos de graduação e dois cursos de mestrado em geografia e em educação, além das faculdades privadas como a Faculdade Anhanguera de Rondonópolis e UNIC-FAIR. Esse sistema de infraestrutura coloca a Microrregião de Rondonópolis em uma posição de destaque dentro da arena regional.

Segundo o REGIC⁶/IBGE (2007) a cidade do Rondonópolis é considerada um *centro sub-regional A*. Para o IBGE, *centro sub-regional A* é constituído por 85 cidades, com medianas de 95 mil habitantes e 112 relacionamentos⁷. Vale lembrar que, segundo o IBGE (2010), a população do município de Rondonópolis em 2010 era de 195.476, e em 2014⁸, a estimativa é de 211.718). As cidades locais de Alto Garças, Guiratinga, Itiquira, Pedra Preta, São José do Povo, Tesouro, Jaciara, Dom Aquino, Juscimeira e São Pedro da Cipa são municípios que são polarizados pela cidade *sub-regional A* de Rondonópolis. Rondonópolis faz interconexão com Brasília e Goiânia. Segundo REGIC/IBGE (2007), Brasília comanda também, em conjunto com São Paulo, as redes de Cuiabá e Porto Velho, o que amplia em muito a sua área, que passa a se estender para o Mato Grosso, Rondônia, Acre e pequena parcela do Amazonas. Os centros destas redes são Cuiabá (Capital regional A); Barra do Garças, Cáceres, Rondonópolis e Sinop (Centros sub-regionais A) (REGIC/IBGE, 2007).

Considerações finais

Para concluir e refletir sobre os pontos debatidos neste artigo, faz-se necessário fazer alguns questionamentos, e apresentar algumas respostas: Como era domínio do Cerrado antes do processo de modernização da economia na Microrregião de Rondonópolis? Ele era constituído pela presença de grandes áreas naturais pouco devastadas, e a ocupação humana deu-se, principalmente, nas áreas de extração mineral. Por que antes da introdução do projeto de modernização técnica e científica no Cerrado os agentes econômicos do agronegócio não se interessaram pelo solo do Cerrado? Isto se deu porque os solos do Cerrado eram considerados “improdutivos”, e para torná-los “produtivos” seria necessário recorrer à correção artificial industrializada, difícil de conseguir antes de 1970. Além disso, antes deste período não existia uma preocupação política explícita de ocupar economicamente o Cerrado.

Racionalmente, a ação social dos atores da antiga economia regional tinha os mesmos ingredientes político-econômicos dos atores sociais da atualidade? Nos dias atuais, os atores econômicos acionam o seu território de modo mais racional, são mais articulados politicamente e dispõem de uma ação social eficaz, com objetivos definidos, condicionada pelo conhecimento técnico-científico. Além do mais, atualmente, é por intermédio deste conhecimento que se criam as condições ideais para a busca da mais-valia, uma vez que a ocupação econômica

⁶ Regiões de influência das cidades, publicado em 2008 pelo IBGE.

⁷ O número de relacionamentos é calculado como o número de vezes em que, no questionário da pesquisa, o centro foi mencionado como destino (REGIC, 2007, p. 11).

⁸ Dados extraídos do site <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=510760&search=mato-grosso|Rondonópolis>.

aconteceu, efetivamente, a partir das novas formas racionais de uso do conhecimento técnico-científico na região.

Os vetores técnico-científicos condicionam uma posição hierárquica dos lugares, isto é, abre caminho para o desenvolvimento econômico de determinadas regiões em que os agentes econômicos as vejam como espaços estratégicos para o progresso econômico. Esse processo cria um desenvolvimento diferencial do espaço: tanto os espaços polarizados, como aqueles hierarquicamente subordinados do ponto de vista econômico. A região de Rondonópolis é um espaço onde há desdobramentos desse processo, e os agentes econômicos a adotaram para reproduzir seus empreendimentos: para isso foi necessário o uso dos vetores técnico-científicos. É um espaço que se hierarquizou, estabelecendo-se nesta região, um espaço de polarização regional.

Outros fatores condicionaram para Rondonópolis se constituir como espaço regional dinâmico economicamente. Um deles foi a aliança do poder econômico com o poder político, e a consequência dessa aliança foi o fortalecimento de uma classe empresarial. A ascensão desta classe ao comando político do Estado contribuiu para fortalecê-la, possibilitando ao município rondonopolitano exercer decisiva influência política. Em pouco mais de duas décadas, o município de Rondonópolis contribuiu com três governadores, dos quais dois são grandes produtores de grãos: Rogério Salles e Blairo Maggi. Com isso, a tendência é fortalecer o poder político da cidade de Rondonópolis como centro de poder e manter o controle político por meio da máquina estatal aos interesses dos agentes econômicos do agronegócio.

Constatou-se, também, que o processo de modernização parte de um projeto filosófico de conteúdo positivista, que em suas etapas sucessivas adquire um conteúdo técnico-científico e, depois, quando manipulado por um sujeito social, adquire um conteúdo político-ideológico, inclusive, manipulador. Certamente, o processo de modernização e reorganização do espaço agrário na região é um projeto racional organizado e promovido pelo Estado e agentes econômicos do agronegócio, que procuram, sobretudo, territorializar, nas várias escalas espaciais, estratégias que potencializam a busca da mais-valia.

O modelo de desenvolvimento fruto da política de modernização agropecuária trouxe consigo implicações espaciais, territoriais e sociais, mas a reprodução e acumulação do capital continuaram sendo preservadas. Este modelo de desenvolvimento foi incapaz de amenizar as contradições sociais do campo (que já existiam). Por outro lado, trouxe impactos indesejáveis para a região, tais como: concentrou mais ainda a estrutura fundiária, criou-se um obstáculo para a implantação de uma reforma agrária promissora; reduziu as possibilidades de absorção da força de trabalho no processo agroprodutivo, substituindo cada vez mais o homem pelas

máquinas, sobretudo com o processo de automatização do trabalho. Além de contribuir para o desemprego no campo e conseqüente êxodo rural.

Causou impactos ambientais em detrimento do uso de produtos tóxicos sem os cuidados necessários no Cerrado que acabou poluindo as águas fluviais e subterrâneas. Intensificou o desmatamento comprometendo a biodiversidade do Cerrado e com a destruição de veredas e da flora e fauna. Com o processo de mecanização de máquinas pesadas desencadeou o processo de compactação do solo. Esse processo tem um custo ambiental, pois predispõe o solo à erosão, ou seja, com a degradação da sua estrutura, ocorre diminuição da infiltração de água e aumento do escoamento superficial, o que resulta em perdas de água e solo e, sobretudo, comprometendo as bacias hidrografias fluviais com o processo de erosão e assoreamento dos rios da região.

Referências

- AB’SÁBER, Aziz Nacib. Domínios morfoclimáticos e províncias fitogeográficas do Brasil. *Revista Orientação*. Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo (IGEOG/USP), v. 3: 45-48, 1967.
- BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870 a 1930)*. Cuiabá: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1991, p. 62-102.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE). *Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA)*. 2013. Disponível em: <http://www.sidra.ibge>. Acesso 11/2013.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2007
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 4ª ed, São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CASTILHO, Dênis. *Modernização territorial e redes técnicas em Goiás*. 2014. 251 f. Tese (Doutorado em Geografia) Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais. Universidade Federal de Goiás. Goiânia-GO.
- CASTRO, Iná Elias. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; LOBATO, Roberto Correia (orgs.). *Geografia: conceito e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 59-94.
- CHRISTOFOLETTI, Antônio. *Análise de sistemas em Geografia*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- CONTI, José Bueno; FURLAN, Sueli Ângelo. Geoecologia: o clima, os solos e a biota. In: ROSS, Jurandy L. Sanches (org.). *Geografia do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995. p. 259-289.
- DEMAMANN, Mírian Terezinha Mundt. O avanço da fronteira agrícola e a redivisão territorial do sudeste mato-grossense. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, *COLETÂNEA*. Campus Universitário de Rondonópolis-MT-UFMT. n. 02, p. 56-79. jan/jun/1997.

GONTIJO, Nicosina Maria Campos. *O brilho e a miséria: a exploração de diamantes em Poxoréo-MT (1930-40)*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1988, p. 40-45.

GUIMARÃES, Marlene M. Moreira. *Nível técnico, organização do trabalho e reorganização do espaço: o caso da indústria de esmagamento da soja em Rondonópolis-MT*. 1997. 221 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia - UFRJ, RJ.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico de 2010.

Jornal Gazeta Mercantil (13/10/99).

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *TEMPO SOCIAL. REVISTA. SOCIOLOGIA*. USP, São Paulo, 8(1): p. 25-70, maio de 1996.

MONTEIRO, Jorge Luiz Gomes. *Mudanças espaciais induzidas pelo progresso técnico: a realidade da agricultura mato-grossense*. 2004. 329 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências. Rio de Janeiro.

MOREIRA, Ruy. *Formação do espaço agrário brasileiro*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

MOURA, Sandra Correia. *Aspectos da pequena produção em Mato Grosso: o caso de Jaciara e Juscimeira*. 1983. 210 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Instituto de Geociências - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, Nilton Marques de; SANTOS, Heleno do Nascimento. Agroindústria no estado de Mato Grosso: aplicação de um modelo de localização. *Revista Brasileira de Agroinformática*. v. 5, n.2, p.102-113, 2003.

OYAMADA, G. Cristine. A formação industrial do estado de Mato Grosso: do século XVII ao século XX. *ACTA Geográfica*, Boa Vista, v.9, n.21, set./dez. de 2015. pp.69-81.

PIAIA, Ivone Inez. *Geografia de Mato Grosso*. Cuiabá- MT: Edunic, 1997.

ROSSO, Gilberto Silva de. *Influência da cidade de Rondonópolis na rede urbana da Mesorregião Sudeste Mato-grossense*. 1999. 151 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente - São Paulo.

SANTOS, Milton. *Espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. 2 ed.. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. Tradução. Myrna T. Rego Vieira.

SILVA, Jovam Vilela. *A divisão de Mato Grosso: uma visão histórica*. Cuiabá-MT: EdUFMT, 1996.

SILVA, Elias. Elementos para uma análise do espaço do complexo agroindustrial de Mato Grosso. In: PEREIRA, Aires José; SILVA, Elias; SANTOS, Roberto de Souza (orgs.). *Geografia de Mato Grosso no limiar do século XXI*. Rondonópolis-MT: União, 2005. p. 18-31.

WESZ JUNIOR, Valdemar João. *O mercado da soja e as relações de troca entre produtores rurais e empresas no Sudeste de Mato Grosso (Brasil)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) na Universidade Federal de Rio de Janeiro-RJ, 2014.

Recebido para publicação em 10 de outubro de 2015.

Devolvido para a revisão em 11 de outubro de 2016.

Aceito para a publicação em 19 de outubro de 2016.